

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM
SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)**

PLANALTO ALEGRE – SC

2022 - 2024

Prefeito(a) Municipal

SADI DALLACORTE

Vice-Prefeito(a)

VALDENEI FERRARINI

Secretário(a) Municipal de Saúde

Joel Marcos Vieira

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Aldo Dalacort

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Deonir Bet

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Joel Marcos Vieira

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Secretaria Municipal de Saúde

2022

[Digite aqui]

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0			
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano

Local	Responsável
https://planaltoalegre.atende.net/	Ponto focal do VIGIDESASTRES

3. Responsáveis pela elaboração e aplicação do PPR-ESP

FUNÇÃO	NOME	E-MAIL	TELEFONE(S)
Secretário Municipal de Saúde	Joel Marcos Vieira	secretariadesaude@planaltoalegre.sc.gov.br	49-33350134
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Jucilvania Cecchetti	vigilancia@planaltoalegre.sc.gov.br	49-33350134

[Digite aqui]

INTEGRANTES/COLABORADORES	
FUNÇÃO	NOME
Defesa Civil	Melissa dos Santos Coinnaski
Assistente Social	Patreícia Sulsbach
Segurança Pública	Comandante Rudinei Sebastião Moreira de Paula
Representantes Saúde	Jucilvania Cecchetti Marcia Fatima Borazo Alves Dias
Representante Agricultura	Aldo Dalacort
REVISORES	
FUNÇÃO	NOME

Lista de Abreviaturas

ACS – Agente Comunitária de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

SUS – Sistema Único de Saúde

Lista de Quadros

Lista de Tabelas

Lista de Figuras

[Digite aqui]

Sumário

Apresentação 7

1.1 Objetivo Geral 8

1.2 Objetivos Específicos 8

2. Marco legal e normativo 8

3. Caracterização do Município 11

3.1 Aspectos Socioeconômicos 11

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 11

3.3 Atividades Econômicas 11

3.4 Características físicas 11

3.4.1 Clima 11

3.4.2 Pluviometria 11

3.4.3 Pedologia 12

3.5 Hidrografia 12

3.6 Saúde 12

3.7 Assistência Social 12

3.8 Segurança 12

3.9 Obras 12

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 13

5. Gestão de Risco em Desastres 13

5.1 (Inserir a classificação do desastre, de acordo com o COBRADE) 16

5.2.1 Redução de riscos 16

5.2.2 Resposta 18

5.2.3 Recuperação 18

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 19

[Digite aqui]

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 19

6.2 Sala de situação 20

7. Informações à população 21

8. Capacitações 21

9. Referências 21

Glossário 22

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos associados aos Desastres – VIGIDESASTRES tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde aos desastres, reduzir doenças e agravos decorrentes deles bem como os danos à infraestrutura de saúde. O VIGIDESASTRES estabelece estratégias para a atuação em emergência em saúde pública por desastres de origem natural e tecnológica. Nesse contexto, dentre seus objetos de atuação estão os desastres naturais (inundações, seca e estiagem, deslizamentos, dentre outros), os acidentes com produtos químicos, a emergência radiológica e a nuclear. Sua organização propõe uma atuação baseada na gestão do risco, contemplando ações de redução do risco, manejo dos desastres e recuperação dos seus efeitos. Além disso, atua na articulação das agendas de mudanças climáticas e seus efeitos à saúde humana.

No município de Planalto Alegre, o VIGIDESASTRES atua principalmente em situações como:

- Estiagem
- Granizo/vendaval
- Enxurrada
- Dengue
- Doenças infecciosas virais

O Estado de Santa Catarina aprovou através do CIB 99/2022 a elaboração de ações do VIGIDESASTRES no Estado, e deliberou que os municípios devem apresentar o Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP), para facilitar de forma qualificada e cooperativa, as ações de atuação em situações de epidemias e desastres que demandem emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, com danos e agravos à saúde pública, considerando características

geográficas, demográficas, epidemiológicas, ambientais e climatológicas de cada localidade

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

O Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP) tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde aos desastres, reduzir doenças e agravos decorrentes deles, bem como, os danos à infraestrutura da saúde. Este Plano estabelece estratégias para a atuação em emergência em saúde pública por desastres de origem natural, tecnológica e antrópica. Sua organização propõe uma atuação baseada na gestão do risco, contemplando ações de redução do risco, manejo dos desastres e recuperação dos seus efeitos. Além disso, atua na articulação das agendas de mudanças climáticas e seus efeitos à saúde humana.

1.2 Objetivos Específicos.

O município, como primeira instância de resposta aos desastres, deve estar preparado e organizado para executar ações voltadas para a gestão do risco, compreendendo as etapas de redução do risco, manejo do desastre e recuperação. Quando o agravo supera a capacidade de resposta de uma região ou município, este deve recorrer ao apoio das esferas estadual e federal

1.2 Objetivos Específicos

1.2 Objetivos Específicos

- 1- Planejamento estratégico para reduzir os riscos de desastres no município;
- 2- Levantar informações sobre desastres já ocorridos e as vulnerabilidades existentes;
- 3- Levantamento da capacidade de resposta;

[Digite aqui]

- 4- Mapear os riscos potenciais e estabelecer estratégias de atuação;
- 5- Preparar o setor saúde para atender à população atingida;
- 6- Organizar medidas de atuação em conjuntos entre os setores públicos, como por exemplo: Secretária de Saúde, Defesa Cívil, Secretária da Agricultura e DMER, Setor de Assistência Social, Setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, EPAGRI, Polícia Militar;

Estabelecer um fluxo de comunicação para fortalecer a participação social e a educação em saúde.

2. Marco Legal e Normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).

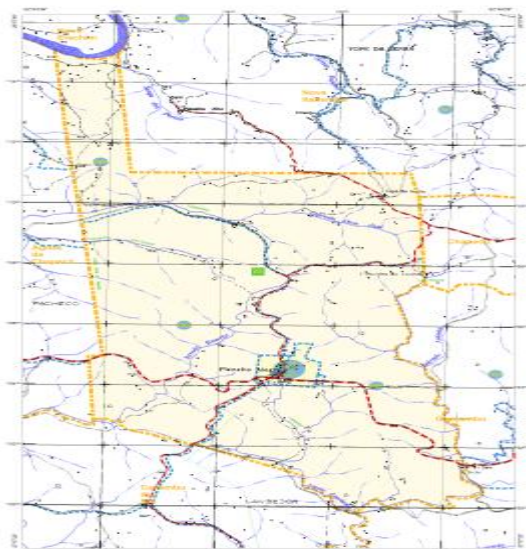
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.

- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

A colonização do município de Planalto Alegre se deu por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul atraído pela abundância de terras férteis, da caça e da pesca. Os primeiros habitantes chegaram por volta de 1920, em sua maioria de descendência italiana, fazendo da agricultura seu meio de subsistência. Destacam-se também os caboclos que viviam na região quando a imigração dos italianos começou.

Anteriormente Planalto Alegre fazia parte do município de Caxambu do Sul, onde através da Lei Estadual nº 4138 de 26 de janeiro de 1968 e Lei Municipal nº 69 de 15 de fevereiro de 1967, foi criado o Distrito de Planalto Alegre, dentro do território Caxambuense; do qual se emancipou em 12 de dezembro de 1991 a partir da Lei nº 8.476/1991. A instalação oficial do município deu-se em 01 de janeiro de 1993. O nome “Planalto Alegre” se deu origem a partir de consulta popular e justifica-se por estar localizado em um dos pontos mais altos da região e seu povo ser bastante alegre e descontraído.



https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/sc/planalto_alegre_v2.pdf.

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

A principal e predominante atividade econômica do município é a agropecuária, com destaque na produção de milho, feijão, soja e fumo. Também se destaca expressivamente a avicultura de corte e a bovinocultura de leite, sendo uma atividade de bom rendimento econômico para as pequenas propriedades caracterizadas como Agricultura Familiar, que são predominantes no território do município.

Essa população predominantemente de famílias agricultoras recebe incentivos por parte do poder público municipal na qual buscam popularizar outras práticas e diversidade agrícola, estimulando cultivo da melancia e do melão, que surge como uma nova fonte de renda dentro das propriedades.

As atividades de comércio, indústria e prestação de serviços são formadas, basicamente, por microempresas, oportunizando que as pessoas não precisem se deslocar para os centros maiores em busca de trabalho. A gestão municipal tem favorecido a instalação de indústrias e empresas no município com o intuito de gerar mais vagas de emprego para a população.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

[Digite aqui]

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Planalto Alegre é de 0,751 e está classificado entre os municípios de IDH médio.

3.3 Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são a agricultura, agropecuária, avicultura de corte e bovinocultura de leite

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

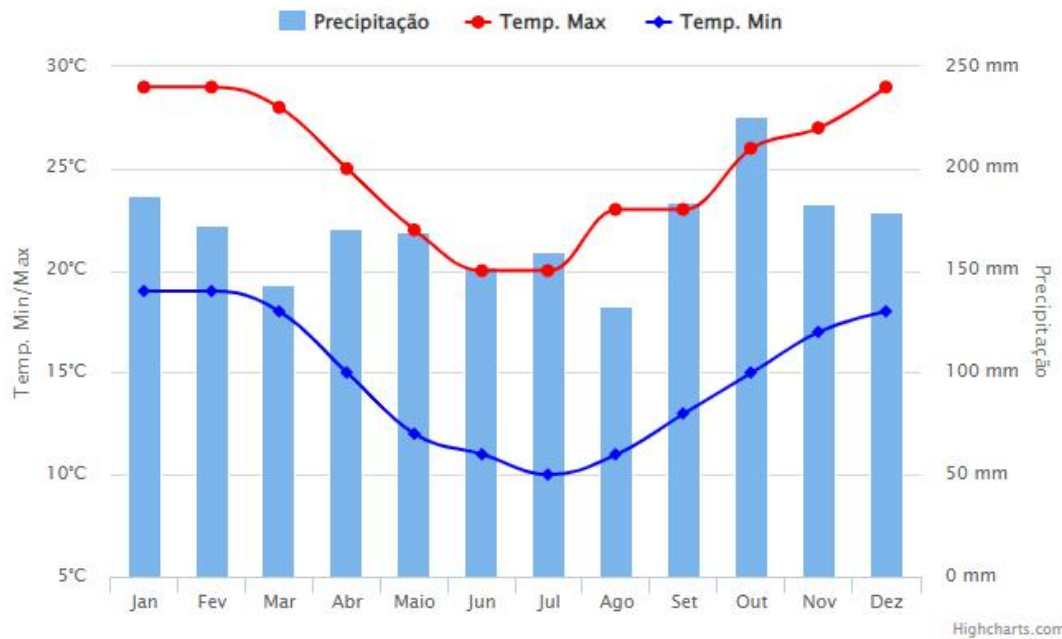
3.4.2 Pluviometria

A região oeste de Santa Catarina possui característica do clima diferenciado do restante do Estado, o que ocasiona precipitações com períodos de grande intensidade e também épocas do ano com ocorrência de estiagem.

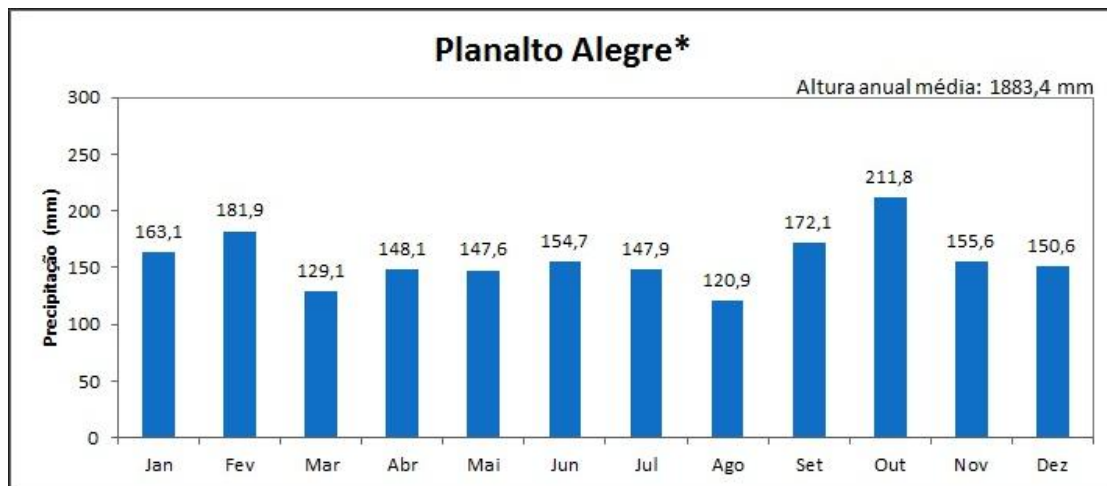
A figura a seguir representa a média das temperaturas máximas e mínimas, e a precipitação no município de Planalto Alegre dos últimos 30 anos. É possível observar que o mês de outubro é historicamente a mês com maior volume de chuva:

Planalto Alegre - BR

compartilhar



Os dados apresentados representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de um série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de uma região.

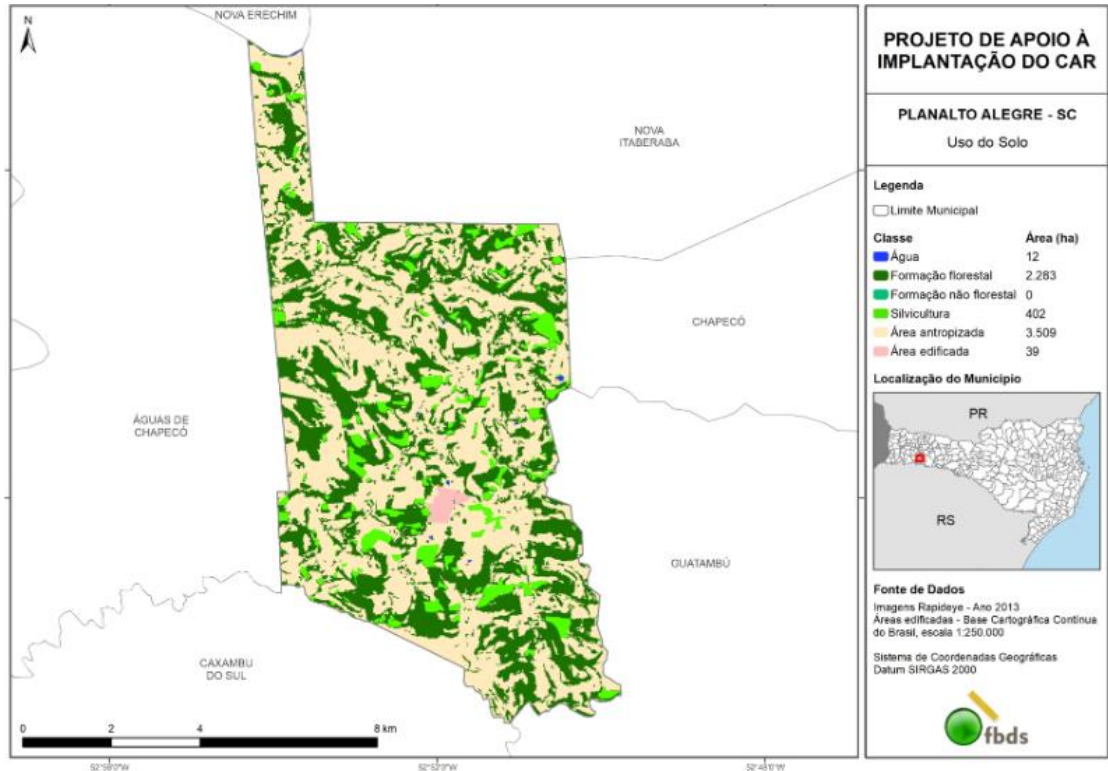
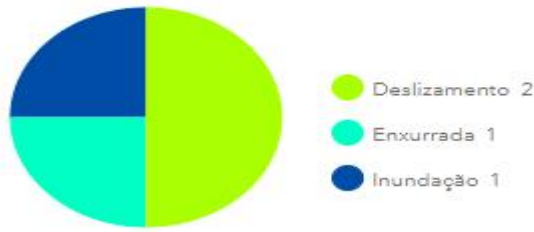


3.4.3 Pedologia

O município possui 04 áreas de risco alto e muito alto, sendo sua tipologia geral:

[Digite aqui]



Tipologia Geral



Classe	Foto ilustrativa	Características predominantes	Área		Área urbanizada/edificada	
			km ²	% (*)	km ²	% (**)
Alta		<ul style="list-style-type: none"> Relevo: encostas de morros altos e baixos, escarpas degradadas, vertentes de vales encaixados; Forma das encostas: retílineas e côncavas; Amplitudes: 20 a 200 m; Declividades: 25 a 45° (podem ocorrer vertentes > 45°); Litologia: basaltos; Densidade de lineamentos/estruturas: baixa; Solos: evoluídos e moderadamente profundos; Processos: deslizamento, rolamento e queda de rocha. 	9,20	14,73	0,00	0,00
Média		<ul style="list-style-type: none"> Relevo: encostas de morros baixos, rebordos erosivos e regiões a montante de planaltos dissecados; Forma das encostas: côncavas, convexas e retílineas; Amplitudes: 20 a 120 m; Declividades: 3 a 25°; Litologia: basaltos; Densidade de lineamentos/estruturas: baixa; Solos: evoluídos e moderadamente profundos; Processos: deslizamento, rastejo. 	21,23	33,99	0,02	3,33
Baixa		<ul style="list-style-type: none"> Relevo: topo de planaltos dissecados, e patamares litoestratigráficos; Forma das encostas: convexas suavizadas e topos amplos; Amplitudes: 0 a 120 m; Declividades: 0 a 25°; Litologia: basaltos e sedimentos inconsolidados; Densidade de lineamentos/estruturas: baixa; Solos: aluviais e evoluídos e rasos em regiões de maior topografia; Processos: erosões. 	32,03	51,28	0,58	96,66

(*) Porcentagem em relação à área do município. (**) Porcentagem em relação à área urbanizada/edificada do município.

[Digite aqui]

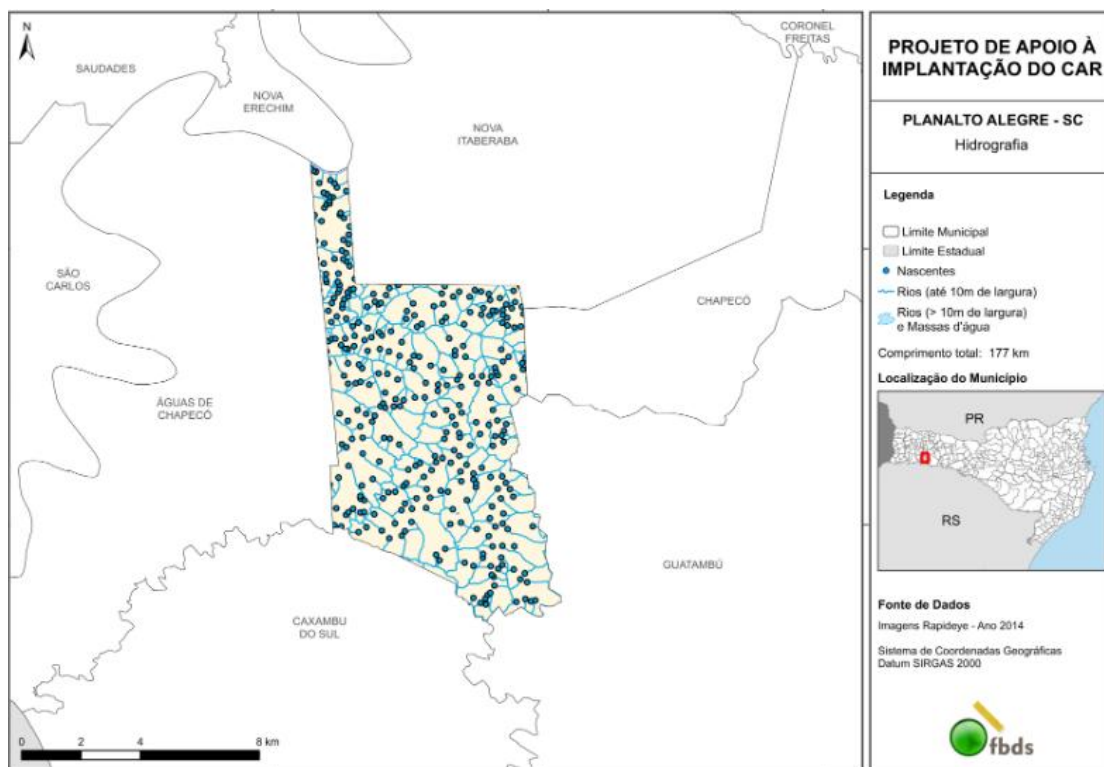
QUADRO-LEGENDA B - SUSCETIBILIDADE A INUNDAÇÕES						
Classe	Foto ilustrativa	Características predominantes	Área		Área urbanizada/edificada	
			km ²	% (*)	km ²	% (**)
Média		<ul style="list-style-type: none"> Relevo: fundos de vales de superfícies aplainadas e suavemente inclinadas em patamares litoestratigráficos, com amplitudes e declividades baixas a médias (< 25°); Solos: hidromórficos e não hidromórficos, em terrenos argilo-arenosos e com nível de lençol freático subflorante; Altura de inundação: 2 a 3 m em relação à borda da calha do leito regular do curso d'água; Processos: inundação, alagamento e assoreamento. 	0,38	0,61	0,00	0,00
Baixa		<ul style="list-style-type: none"> Relevo: rampas de alúvio-colúvio e fundos de vales ocupados por patamares litoestratigráficos de superfícies onduladas, com amplitudes (variável) e declividades moderadas (< 25°); Solos: não hidromórficos, em terrenos arenosos e com nível d'água subterrâneo pouco profundo; Altura de inundação: entre 3 a 6 m em relação à borda da calha do leito regular do curso d'água; Processos: inundação, alagamento e assoreamento. 	3,21	5,14	0,00	0,00

(*) Porcentagem em relação à área do município. (**) Porcentagem em relação à área urbanizada/edificada do município.

Link: <https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/>

3.5 Hidrografia

A rede hídrica do Estado de Santa Catarina é rica e bem distribuída. Na Vertente do Interior os rios apresentam, via de regra, perfil longitudinal com longo percurso e com inúmeras quedas d'água, o que evidencia o potencial hidrelétrico na região. Em geral, a rede hidrográfica na Vertente Atlântica comporta dois tipos básicos de rios: os que nascem na Serra do Mar e aqueles originados na própria planície.



https://www.aguas.sc.gov.br/jsmaifib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf

[Digite aqui]

3.6 Saúde

A Política Nacional Promoção da Saúde traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social. A PNPS tem por objetivo geral promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e da saúde coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

A Atenção Primária presta serviços de clínica médica, odontologia; atendimentos de enfermagem e vacinação conforme a especificidade dos programas de:

- ESF – Estratégia da Saúde da Família
- Rede Cegonha
- Planejamento Familiar
- Controle de hanseníase
- Controle de tuberculose
- Controle da Hipertensão e Diabetes
- Programa Municipal de Atenção ao Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas
- Prevenir e controlar as Infecções Sexualmente Transmissíveis e AIDS
- Atenção Integral à Saúde da Criança
- Atenção Integral à Saúde do Homem
- Atenção Integral a Saúde do Idoso
- Atenção Integral à Saúde da Mulher
- Crescer Saudável
- Programa Saúde na Escola
- Programa de tabagismo
- Atenção à Saúde Bucal Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD).

O segundo nível é a Média Complexidade Ambulatorial, composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde, com profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio

diagnóstico e tratamento. Seus objetivos são de facilitar o acesso à oferta de tecnologia de maior complexidade (média e alta) regulada a partir de normatizações locais e a devolução dos pacientes à Atenção Básica para continuidade do tratamento, após estabilização. Seu acesso é feito através de encaminhamento dos médicos das Unidades Básicas de Saúde e da Estratégia Saúde da Família, para a Central de Agendamento que fica responsável pelo agendamento nas nossas referências. Após o agendamento, a Unidade Básica de Saúde informa a data ao usuário.

4.1 Serviços de Apoio Administrativos

Central de Agendamento e Regulação realiza marcações de consultas e exames respeitando os protocolos de acesso do sistema SISREG;

Farmácia encontra-se medicamentos de Atenção Básica fornecidos pelo Estado e Ministério da Saúde, além de outros adquiridos pelo Município através de uma padronização. Ocorre também a dispensação dos medicamentos controlados pela Portaria SVS/MS 344/98, medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, atendimentos a mandados judiciais, programa de fornecimento de dietas e suplementos alimentares, programa de dispensação de insumos de glicemia, todos coordenados pela Farmacêutica Responsável Técnica. Inclui as solicitações de compras, controle de estoque, distribuição e relatórios.

4.2 Vigilância em Saúde

Faz parte da Rede de Atenção à Saúde a territorialização conforme a Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 onde devem se organizar a distribuição dos serviços seguindo uma lógica de delimitação de áreas de abrangência. O território em saúde não é apenas um espaço delimitado geograficamente, mas sim um espaço onde as pessoas vivem, estabelecem suas relações sociais, trabalham e cultivam suas crenças e cultura.

É base do trabalho das equipes de atenção primária para a prática da Vigilância em Saúde. O fundamental propósito deste processo é permitir eleger prioridades para o enfrentamento dos problemas identificados nos territórios de atuação, o que refletirá na definição das ações mais adequadas, contribuindo para o planejamento e programação local. Para tal, é necessário o reconhecimento e mapeamento da área de

abrangência: segundo a lógica das relações e entre condições de vida, saúde e acesso às ações e serviços de saúde. Isso implica um processo de coleta e sistematização de dados demográficos, socioeconômicos, político-culturais, epidemiológicos e sanitários que, posteriormente, devem ser interpretados e atualizados periodicamente pela equipe de saúde. Integrar implica discutir ações a partir da realidade local; aprender a olhar o território e identificar prioridades assumindo o compromisso efetivo com a saúde da população. Para isso, o ponto de partida é o processo de planejamento e programação conjunto, definindo prioridades, competências e atribuições a partir de uma situação atual, reconhecida como inadequada tanto pelos técnicos quanto pela população, sob a ótica da qualidade de vida. O conceito de Vigilância em Saúde inclui: a vigilância e controle das doenças transmissíveis; a vigilância das doenças e agravos não transmissíveis; a vigilância da situação de saúde, vigilância ambiental em saúde, vigilância da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária

A Vigilância Epidemiológica realiza ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos, com fonte de informações oriundas de clínicas, unidades básicas de saúde e hospitais. Por força de Lei Estadual os funcionários da VE, no âmbito de suas atribuições, podem exercer o poder de polícia administrativa. A Vigilância Epidemiológica tem como propósito, fornecer orientação técnica permanente para os responsáveis pela decisão e execução de ações de controle de doenças e agravos. Para subsidiar esta atividade, deve tornar disponíveis informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças ou agravos, bem como dos seus fatores condicionantes, em uma área geográfica ou população determinada. A vigilância epidemiológica constitui-se, ainda, em importante instrumento para o planejamento, a organização e a operacionalização dos serviços de saúde, como também para a normatização de atividades técnicas correlatas. Faz parte do rol de atividades da Vigilância Epidemiológica:

1. Captação e análise dos dados de nascimento e óbito;
2. Captação, análise e controle das atividades de vacinação;

3. Captação, análise e controle das doenças constante na portaria 104 de 25/01/11 (doenças de notificação compulsória);
4. Captação e análise de dados de infecção ambulatorial e hospitalar;
5. Captação e análise de dados de morte materno-infantil
6. Análise dos indicadores em Saúde e suas condicionalidades;

Vigilância Sanitária

Vigilância Sanitária por determinação da Constituição Federal compete ao Sistema Único de Saúde, entre outras atribuições, executar as ações de Vigilância Sanitária – segundo a Lei Orgânica da Saúde (8.080 de 19/09/1990) compreende ações com bases legais capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos, intervir sobre problemas sanitários da produção e circulação de mercadoria, da prestação de serviços e das intervenções sobre o meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população em geral, promovendo educação em saúde, monitorando a qualidade da água, controle de alimentos, saneamento ambiental. Atuam nas áreas de produtos e serviços de baixa complexidade – comércio varejista de alimentos, serviços de saúde em geral, serviços radiológicos, hospitais e indústria, também por Lei Municipal, foi delegada competência para atuação em todos os estabelecimentos e serviços previstos pela legislação sanitária. O desenvolvimento dos trabalhos da Equipe decorre da aplicação da legislação incidente. A primeira atitude na vistoria, caso não haja riscos iminentes para a saúde pública, é a orientação quanto às exigências da legislação, sempre por escrito, nunca verbal. A forma de orientação é dada, via de regra, pela Notificação para Estabelecimento onde constam as infrações sanitárias e os prazos, combinados com o responsável pelo estabelecimento/local para as devidas adequações. Findo este prazo e sem que qualquer providência tenha sido adotada é lavrado Auto de Infração para regularização. Se ainda persistir a infração e não houver riscos, é lavrada a Imposição de Penalidade de Advertência ou Multa e novo Auto de Infração com os agravantes legais da reincidência e omissão e o não saneamento acarretará a Imposição de Penalidade de Interdição.

3.7 Assistência Social

O Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Planalto Alegre está localizada em anexo ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), ENDEREÇO E TELEFONE a responsável é a Sra. XXXXXXX. O Setor Social está vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência Social, o Secretário é o Sr. Joel Marcos Vieira

Os programas e projetos desenvolvidos no Setor de Assistência Social de Planalto Alegre são:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- PAIF - Programa de Atendimento Integral às Famílias
- Programa Família Acolhedora
- Programa Idoso Multiplicador
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

3.8 Segurança

O Município conta com a Polícia Militar do 4º Grupamento da 3ª Cia do 30º Batalhão da 4ª Região de Fronteira, composta por xx Policiais Militares. O responsável é o Sargento xxxx. Contato: (49) xxxx

A Polícia Cível: DPMU de Planalto Alegre, composta por um agente policial responsável, que atende ao público às xxxxx no período da tarde (das xxxxx). Responsável: Agente de Polícia xxxxxx. Contato: xxxx.

3.9 Obras

A Secretaria de Obras do Município de Planalto Alegre está localizada na xxxx, nº 80, Bairro xxxxx. O responsável pelo setor é o Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos, Sr. xxxxx. Telefone: (49) xxxx. No Anexo I, consta a lista com os equipamentos e máquinas que a Secretaria possui a disposição para atender à população planaltense para manutenção e obras.

Listar os equipamentos e máquinas no Anexo I.

[Digite aqui]

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos no município de Planalto Alegre

Registro	UF	Município	Desastre	Tipo
2020	SC	Planalto Alegre	Doenças infecciosas virais	Biológico
2021	SC	Planalto Alegre	Doenças infecciosas virais	Biológico
2021	SC	Planalto Alegre	Doenças infecciosas virais	Biológico
2015	SC	Planalto Alegre	Enxurradas	Hidrológico
2018	SC	Planalto Alegre	Enxurradas	Hidrológico
2019	SC	Planalto Alegre	Estiagem	Climatológico
2020	SC	Planalto Alegre	Estiagem	Climatológico
2021	SC	Planalto Alegre	Estiagem	Climatológico
2022	SC	Planalto Alegre	Estiagem	Climatológico
2018	SC	Planalto Alegre	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	Meteorológico
2020	SC	Planalto Alegre	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico

5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres. Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Sra. xxxxx, alocada na Vigilância Sanitária Municipal.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.

[Digite aqui]

Etapa	Fase	Objetivo
para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
<p>Manejo</p> <p>Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.</p>	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
<p>Recuperação</p> <p>Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.</p>	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

[Digite aqui]

- Água potável e segura (distribuição de hipoclorito deve ser avaliada);
- Acesso adequado a saneamento;
- Segurança alimentar;
- Abrigos;
- Serviços clínicos básicos.)

Desastre	Código COBRADE
Estiagem: Período de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior a sua reposição	1.4.1.1.0
1.2.2.0.0 – Enxurradas: escoamento superficial da alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0
Tempestade local/Convectiva - Granizo: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3
Tempestade local/Convectiva - Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região	1.3.2.1.5
Doenças infecciosas virais – Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0

5.2 Atuação de gestão do risco

5.2.1 Ocorrência de ESTIAGEM

Redução de resicos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual via e-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de estiagem na região.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Adm. Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis

ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde e Defesa Civil.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria da Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Endemias.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos municípios que procurem atendimento.	Secretaria da Saúde.
	Providenciar Caminhão Pipa para distribuição de água potável às famílias atingidas.	Secretarias da Saúde, Agricultura e Obras.
Reconstrução	Providenciar perfuração de poços artesanais no município.	Adm. Municipal, secretárias de Agricultura e Obras.
	Solicitar o aumento da capacidade de distribuição de água pela CASAN.	Secretaria de Administração.
	Inventivar a instalação de sisternas para armazenar água nas propriedades	Administração Municipal, Secretaria da Agricultura e Obras.

5.2.2 Ocorrência de GRANIZO

Redução de riscos	<u>Ações</u>	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade com granizo na região.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura Municipal.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretária de Saúde e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população	Administração Municipal, Secretaria de Saúde e Defesa Cível do município.

[Digite aqui]

	solicitar ajuda.	
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Defesa Civil.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de Hipoclorito de sódio 2,5% para tratamento da água potagem.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Endemias e Vigilância Sanitária
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos municípios que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das	Administração Municipal, Secretaria de

[Digite aqui]

	propriedades atingidas.	Obras e Defesa Civil.
--	-------------------------	-----------------------

5.2.3 Ocorrência de ENXURRADAS

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação das vazões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigo) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretária de Saúde e Assistência Social.

[Digite aqui]

	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o números de famílias atingidas e que necessitem de auxílio	Departamento de Assistência Social.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Endemias e Vigilância

[Digite aqui]

	tratamento da água potável.	Sanitária.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos municípios que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

5.2.4 Ocorrência de VENDAVAL

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Divulgar alertas à população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade e ventos na região.	Defesa Civil, Secretaria de Agricultura, Epagri, Vigilância Sanitária, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos)	Administração Municipal, Secretaria de

[Digite aqui]

	adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Saúde e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, Administração Municipal e Defesa Cível.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Defesa Civil, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio	Departamento de Assistência Social
	Remoção dos municípes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram suas residências atingidas e danificadas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal

	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água potável.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Endemias e Vigilância Sanitária.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos municípios que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

5.2.5 Ocorrência de DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE

Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de doenças infecciosas virais.	Equipes da Secretaria de Saúde, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Adequar a Unidade de Saúde para atender a demanda relacionada a esse evento adverso.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Disponer de medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda.	Secretaria de Saúde. Administração Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Criação da Sala de Situação	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Averiguar os municípios que foram expostos e que necessitem de	Secretaria de Saúde e Assistência Social.

	atendimento.	
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas e possíveis agravos.	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.

5.2.6 Ocorrência de EPIDEMIA DE DENGUE

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção e eliminação dos focos do mosquito	Secretaria de Saúde e Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	realização de pesquisa larvária com tratamento focal e/ou residual; visita domiciliar; atividades de educação e comunicação, com vistas à prevenção e controle da dengue pela população;	Fiscal da Vilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE

[Digite aqui]

	articulação com órgãos municipais de limpeza urbana, tendo em vista a melhoria da coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos	
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de dengue	Equipes da Secretaria de Saúde, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Adequar a Unidade de Saúde para atender a demanda relacionada ao esse evento adverso.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Disponer de medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda. Sala de hidratação;	Secretaria de Saúde. Administração Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Criação da Sala de Situação	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica	Secretaria de Saúde e Assistência Social.

	Conjunta nº06/2022).	
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Averiguar os municípios que foram expostos e que necessitem de atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas e possíveis agravos. realização do bloqueio da transmissão, quando necessário;	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três

[Digite aqui]

esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Listados no quadro abaixo) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Lista de representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail

7. Informações à população

[Digite aqui]

O Município de Planalto Alegre possui diversos meios de comunicação disponíveis para alertar a população sobre os riscos caso venha ocorrer algum tipo de evento adverso. Com o intuito de informar a população, atualmente são utilizados:

- O site oficial da prefeitura municipal:
- Página oficial no Facebook:
- Perfil oficial do município no Instagram:
- O programa Informativo da Prefeitura Municipal na Rádio xxxxx, exibido de xxxxxx.
- Comunicados através dos grupos de WhatsApp.
- Orientações aos munícipes através das visitas domiciliares das Agentes Comunitárias de Saúde e da Agente de Endemias.

8. Capacitações

As capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos da Secretária de Saúde do Município em parceria com Estado e entidades a fim, que atuam na área e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

9. Referências

SACE, Sistema de Alerta de Eventos Críticos. SGB, Serviço Geológico do Brasil. Ministério de Minas e Energia. Bacia do Rio Uruguai - Características. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php?getbacia=buruguai#. Acesso em: .

S2ID, Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres. Ministério do Desenvolvimento Regional. Série Histórica. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/>. Acesso em:

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. CPTEC, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. Monitoramento Brasil. Precipitação Observada. Disponível em: <http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt>. Acesso em:

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dados Históricos Anuais. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>. Acesso em:

[Digite aqui]

Prefeitura Municipal de Planalto Alegre. Disponível em:
<https://planaltoalegre.sc.gov.br/>. Acesso em: 01 novembro 2022

MONTEIRO, Muricio Amantino. Caracterização climática do estado de Santa Catarina: uma abordagem dos principais sistemas atmosféricos que atuam durante o ano. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/14052/12896>. Acesso em:

CLIMATEMPO. Climatologia e histórico de previsão do tempo em Planalto Alegre, BR. Disponível em:

Anexos

Anexo I

Equipamentos / Máquinas	Quantidade
Caminhão caçamba	
Retro Escavadeira	
Escavadeira Hidraulica	
Caminhão Pipa	

[Digite aqui]

Trator de esteira	
Caminhão Plataforma	
Trator de Pneu	
Distribuidor de água	
Motoniveladora	

Anexo II

Contatos interinstitucionais

(Listar contatos para integração interinstitucional no gerenciamento do risco de desastres)

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Saúde / Secretário		
Saúde / Enfermeira		
Saúde / Vigilância Sanitária		
Saúde / Ag. de Endemias		

[Digite aqui]

Agricultura / Secretário		
Defesa Cível		
Setor de Assistência Social		
Epagri		
Administração Municipal		
Polícia Militar		

Anexo III

Dados acumulados e normais climatológicas de precipitação (mm) e porcentagem em relação à média mensal registrados na Estação Meteorológica automáticas de Chapecó-Foz do Chapecó Energia e Chapecó-INMET, localizadas em Chapecó/SC, que fica distante aproximadamente 25km de Planalto Alegre/SC, nos períodos de 01/12/2016 a 31/12/2019 e 01/01/2020 e 30/04/2023, respectivamente.

[Digite aqui]

Tabela 1 – Acumulados e normais climatológicas de precipitação (mm), e porcentagem em relação à média do mês – **Chapecó/SC**. Fonte: Foz do Chapecó Energia

R.Climática	Oeste	Normal Climatológica Chapecó INMET 1961-1990	Porcentagem de precipitação (%) (em relação à média mensal histórica)
Estação	1037-Chapecó - Foz do Chapecó Energia		
Município	Chapecó/SC		
Latitude (Graus,Dec)	-27,09		
Longitude (Graus,Dec)	-52,64		
Altitude (m)	687		
Proprietário	Foz do Chapecó Energia S.A.		
Variável	Precipitação 1 hora (mm)	Precipitação (mm)	
Mês Ano	Acumulado		
DEZ 2016	194,40	173,30	112,18%
JAN 2017	155,60	149,10	104,36%
FEV 2017	165,80	177,20	93,57%
MAR 2017	100,80	143,50	70,24%
ABR 2017	155,80	114,20	136,43%
MAI 2017	444,80	136,20	326,58%
JUN 2017	159,40	122,20	130,44%
JUL 2017	12,40	142,70	8,69%
AGO 2017	169,20	132,70	127,51%
SET 2017	55,00	137,90	39,88%
OUT 2017	350,20	168,40	207,96%
NOV 2017	169,60	159,30	106,47%
DEZ 2017	102,00	151,90	67,15%
JAN 2018	341,20	149,10	228,84%
FEV 2018	68,80	177,20	38,83%
MAR 2018	220,20	143,50	153,45%
ABR 2018	42,20	114,20	36,95%
MAI 2018	83,00	136,20	60,94%
JUN 2018	93,20	122,20	76,27%
JUL 2018	59,00	142,70	41,35%
AGO 2018	119,80	132,70	90,28%
SET 2018	214,80	137,90	155,77%
OUT 2018	336,00	168,40	199,52%
NOV 2018	210,00	159,30	131,83%
DEZ 2018	98,00	151,90	64,52%
JAN 2019	296,40	149,10	198,79%
FEV 2019	281,80	177,20	159,03%
MAR 2019	175,20	143,50	122,09%
ABR 2019	170,40	114,20	149,21%
MAI 2019	324,00	136,20	237,89%
JUN 2019	53,20	122,20	43,54%
JUL 2019	106,40	142,70	74,56%
AGO 2019	47,40	132,70	35,72%
SET 2019	44,20	137,90	32,05%
OUT 2019	231,00	168,40	137,17%
NOV 2019	171,20	159,30	107,47%
DEZ 2019	183,20	151,90	120,61%

Tabela 2 – Acumulados e normais climatológicas de precipitação (mm), e porcentagem em relação à média do mês – **Chapecó/SC**. Fonte: INMET

R.Climática	Oeste	Normal Climatológica Chapecó INMET 1961-1990	Porcentagem de precipitação (%) (em relação à média mensal histórica)
Estação	1518-Chapecó - INMET		
Município	Chapecó/SC		
Latitude (Graus,Dec)	-27,09		
Longitude (Graus,Dec)	-52,64		
Altitude (m)	687		
Proprietário	INMET		
Variável	Precipitação 1 hora (mm)	Precipitação (mm)	
Mês Ano	Soma Mensal		
JAN 2020	115,00	149,10	77,13%
FEV 2020	158,80	177,20	89,62%
MAR 2020	33,20	143,50	23,14%
ABR 2020	87,80	114,20	76,88%
MAI 2020	186,80	136,20	137,15%
JUN 2020	333,00	122,20	272,50%
JUL 2020	128,60	142,70	90,12%
AGO 2020	117,80	132,70	88,77%
SET 2020	40,20	137,90	29,15%
OUT 2020	19,20	168,40	11,40%
NOV 2020	139,00	159,30	87,26%
DEZ 2020	241,00	151,90	158,66%
JAN 2021	210,60	149,10	141,25%

FEV 2021	74,60	177,20	42,10%
MAR 2021	94,20	143,50	65,64%
ABR 2021	23,00	114,20	20,14%
MAI 2021	67,40	136,20	49,49%
JUN 2021	185,60	122,20	151,88%
JUL 2021	56,00	142,70	39,24%
AGO 2021	20,20	132,70	15,22%
OUT 2021	323,60	168,40	192,16%
NOV 2021	108,00	159,30	67,80%
DEZ 2021	7,40	151,90	4,87%
JAN 2022	89,80	149,10	60,23%
FEV 2022	110,20	177,20	62,19%
MAR 2022	203,20	143,50	141,60%
ABR 2022	279,20	114,20	244,48%
MAI 2022	295,40	136,20	216,89%
JUN 2022	207,80	122,20	170,05%
JUL 2022	78,60	142,70	55,08%
AGO 2022	175,20	132,70	132,03%
SET 2022	149,60	137,90	108,48%
OUT 2022	368,40	168,40	218,76%
NOV 2022	38,20	159,30	23,98%
DEZ 2022	89,80	151,90	59,12%
JAN 2023	183,20	149,10	122,87%
FEV 2023	111,00	177,20	62,64%
MAR 2023	88,40	143,50	61,60%
ABR 2023	156,20	114,20	136,78%

[Digite aqui]